

Política

CRISE

ORGANIZADA.

propostas de agilização, espera que tudo acabe em abril.



Carlos Sant'Anna

Nova ação pelos 5 anos. Sant'Anna articula.

O líder do governo, deputado Carlos Sant'Anna, pretende reunir um parlamentar de cada bancada estadual, favorável ao mandato de cinco anos a Sarney, para rearticular movimento interpartidário da Constituinte. Numa tentativa de evitar a aprovação de emendas determinando mandato de quatro anos ao atual presidente — com ou sem reeleição.

Os constituintes favoráveis ao mandato de cinco anos acham que o movimento só terá êxito "se o presidente ajudar". No entanto, o deputado paulista Roberto Cardoso Alves, da direção nacional do PMDB, examinando o problema com Sarney, ouviu dele, em tom de queixa, que "os políticos que mais recebem são os que menos dão".

Na área ministerial estão coordenando o apoio aos cinco anos, entre outros. Prisco Viana, Antônio Carlos Magalhães e Borges da Silveira. Na área militar, pelas informações de coordenadores do movimento, não está sendo admitida a realização de eleições presidenciais neste ano, sob a alegação de que abriria o caos político, administrativo e financeiro.

Os defensores dos cinco anos entendem que se o Palácio do Planalto continuar ignorando ministros, autoridades do segundo escalão e lideranças partidárias que atuam pelo mandato de quatro anos, nada vai mudar. E citam o caso do ministro Renato Archer, ontem, circulou no plenário da Constituinte a informação de que nas próximas horas sairá o presidente do Inamps, Hésio Cordeiro. Seria o primeiro passo para substituir Renato Archer na presidência, o que seria problemático, dadas as notórias ligações pessoais e políticas do ministro com Ulysses Guimarães.

Sistema de governo

O sistema mitigado, chamado na Constituinte de "presidencialismo congressional", vem sendo examinado há meses e sem progresso aparente. A emenda foi elaborada pelo jurista paulista Miguel Reale Júnior, assessor especial do presidente da Constituinte. O deputado Manoel Moreira (PMDB-SP) foi o escolhido por Ulysses Guimarães para formalizá-la.

A emenda prevê que o primeiro-ministro seria de livre escolha do presidente da República. Se parlamentar, não necessitaria de aprovação do Congresso. A indicação seria feita mediante entendimentos entre os partidos políticos. Se o escolhido não exercer mandato legislativo, o Congresso teria que opinar. O primeiro-ministro não teria funções de chefe de governo mas de ministro-coordenador.



"Procuraremos fazer uma Constituição B.B.: boa e breve", disse ontem o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, após reunião com os líderes e grupos partidários na qual ficou decidido que a partir de hoje não haverá votação pela manhã no plenário da Constituinte. Paralelamente às sessões de discursos, os líderes se reunirão para discutir formas de operacionalizar propostas surgidas ontem para agilização dos trabalhos. Apenas a votação em bloco das emendas destacadas não foi aceita.

Para acelerar os trabalhos os líderes e grupos decidiram aproveitar ao máximo o instituto da fusão de emendas. "Nas reuniões pela manhã serão estudadas as possibilidades de fusão de emendas até mesmo de capítulos e títulos que não foram ainda levados a votação", disse Ulysses. A segunda proposta é diminuir o encaminhamento das votações, com apenas um constituinte falando contra e outro a favor da matéria a ser votada. Também o presidente da Constituinte usará com mais rigor a figura da "prejudicialidade", quando a emenda é considerada rejeitada na medida em que, anterior, já aprovada, trate do mesmo tema. O quarto ponto de acordo é o uso da co-autoria. "Uma proposição às vezes tem as mesmas palavras ou expressões. Então, se une e faz co-autoria de vários elaboradores", disse Ulysses.

Votação em bloco

A principal justificativa para a rejeição da votação em bloco das emendas destacadas, proposta por Ulysses, é que os constituintes não querem abrir mão do direito de verem seus destaques sendo discutidos e votados um a um. O líder do governo, Carlos Sant'Anna lembrou que insatisfação semelhante é que deu origem ao Centrão. Além disso, ponderou, "já estamos votando as emendas numa velocidade surpreendente. Fazer uma Constituição em cima da hora tira-lhe toda responsabilidade".

Confiante, Ulysses Guimarães afirmou que os trabalhos serão acelerados. "Estou aconselhando uma operação varredura, uma guerra de extermínio ao ponto de interrogação. Do faxineiro ao presidente da República e da Constituinte, todos têm interrogações quanto a assuntos de interesse nacional, sendo preciso banir estes pontos", afirmou, esperando de que até 21 de abril a Constituição esteja promulgada. O prazo, entretanto, é considerado pequeno pelos líderes partidários, que apontam os meses de maio e junho como prováveis para o término dos trabalhos.

A partir de hoje, também, a Assembléia Nacional Constituinte decreta o fim do chamado pinga-fogo e das comunicações de lideranças, para que as votações possam iniciar-se imediatamente, todos os dias, às 14 horas.

Ao fazer a comunicação ao plenário, o deputado Ulysses Guimarães advertiu que o êxito das medidas e a conseqüente agilização das votações vão depender das decisões das reuniões das 9 horas, quando serão formalizadas as fusões de emendas e, ainda, propostas as emendas de co-autoria, também uma espécie de fusão de temas.

Economizando tempo

A cada encaminhamento de votação, Ulysses Guimarães usa 231 palavras em 11 frases, gastando exatamente 2 minutos e 17 segundos para explicar a forma de votação no painel eletrônico. Depois desse cálculo o chamado "grupo do compacto" ou "da tesoura" — destinado a propor fórmulas de economizar tempo e formado por parlamentares de todos os partidos — encaminhou ontem a Ulysses o resultado de seus estudos.

Conforme Aloísio Vasconcelos, Ulysses poderia apenas dizer os números 1, 2 e 3, para se referir às três fases do processo de votação: "Registrar o código", "Apertar a tecla do voto" e "acionar simultaneamente o botão preto e a chave sob a bancada até que a luz se apague". Foi sugerido, também, que sejam colocados nas laterais do plenário os dois postos avulsos de votação, "já que os constituintes votam na frente para aparecer nas fotos e na televisão". Pelo mesmo motivo, o grupo sugere, ainda, que, "considerando que alguns, com mania de ser aparecido e vedete para TV, ficam sempre em pé e criando questões de ordem à toa, deve-se interromper o televisoramento por instantes, ao prenúncio da votação".

Uma das propostas do grupo é a de que apenas um constituinte fale a favor e outro contra no momento do encaminhamento das votações. Outra sugestão é de que haja entendimento prévio que evite o número excessivo de líderes orientando suas bancadas a cada votação.

Segundo Aloísio Vasconcelos, Ulysses Guimarães, após ler as propostas, concordou que seriam úteis.

O que pode mudar

O texto da futura Carta aprovado em primeiro turno pelo plenário da Constituinte ainda poderá ser modificado, através de emendas supressivas de seus dispositivos e que serão apreciadas no segundo turno. Cada parlamentar poderá apresentar quatro dessas propostas, para suprimir dispositivos isolados e não capítulos, títulos ou seções, além de emendas de redação destinadas a sanar omissões, erros, contradições e para correção de linguagem.

Não há limitação de número para a apresentação das emendas de redação que, no entanto, não poderão modificar o mérito dos dispositivos aprovados em primeiro turno. Já as emendas supressivas poderão suprimir completamente, ou em parte, os vários dispositivos aprovados pelo plenário da Constituinte em primeiro turno. A licença paternidade de oito dias, por exemplo, poderá ser eliminada do anteprojeto caso seja apresentada proposta com esse objetivo e seja aprovada por um mínimo de 280 votos.

Concluída a votação do projeto, das emendas e dos destaques, o que se prevê possa acontecer até início de abril, o relator Bernardo Cabral terá sete dias para apresentar o parecer, que deverá ser apreciado em segundo turno. Publicado o texto do relator e distribuídos os avulsos, a matéria será incluída na ordem do dia durante cinco dias, para discussão em segundo turno.

Encerrada a discussão, o relator Bernardo Cabral terá mais cinco dias para emitir parecer sobre as emendas, sendo a matéria, depois de publicada, submetida a votação. Concluída a votação, com ou sem emendas, a matéria será encaminhada a uma comissão de redação, integrada por Cabral e por constituintes a serem designados pelo presidente da Constituinte. Apresentada a redação final, será publicada no Diário da Constituinte e incluída na ordem do dia para votação em turno único, no prazo de 24 horas.